

## Resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado do Rio Grande do Norte: análise comparativa - Período: 2010 a 2014

### Introdução

Este relatório apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado do Rio Grande do Norte referentes ao período 2010-2013. Analisa, também, o Relatório Resumido de Execução Orçamentário (RREO) do 4º bimestre de 2014 em comparação com igual período de 2013.

A presente análise adota como parâmetro a Receita Corrente Disponível do Poder Executivo, a partir da Receita Corrente Líquida, verificando a disponibilidade de caixa após as deduções.

#### . Receita Corrente Disponível do Poder Executivo:

- É a Receita Corrente Líquida:
  - (- ) *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proadi)*
  - (- ) *Repasse aos Poderes (MP, TJ e Poder Legislativo)*

A metodologia de análise a ser utilizada dará relevância à receita e ao gasto do executivo na perspectiva de saber a real situação financeira deste Poder.

Os dados utilizados na análise financeira estão limitados às informações obtidas junto aos “sites” da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, e do Portal da Transparência.

## Receita Corrente Líquida e Disponível

Discriminação	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
	R\$ Mil		R\$ Mil		R\$ Mil		R\$ Mil	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.421.765.688</b>	<b>100,0</b>	<b>8.077.054.149</b>	<b>100,0</b>	<b>9.120.525.868</b>	<b>100,0</b>	<b>9.928.940.932</b>	<b>100,0</b>
Receita Intraorçamentária (-)	488.179.190	6,6%	554.799.987	6,9%	612.285.639	6,7%	646.339.392	6,5%
DEDUÇÕES (-)	1.901.411.029	25,6%	2.161.499.757	26,8%	2.418.153.831	26,5%	2.653.132.265	26,7%
<i>Transf. Const. Legais</i>	802.231.179	10,8%	897.883.442	11,1%	1.034.121.074	11,3%	1.146.154.417	11,5%
<i>Cont. Plano Seg. Social Serv</i>	250.854.461	3,4%	270.707.578	3,4%	303.421.866	3,3%	331.530.440	3,3%
<i>Dedução de Rec. Formação do FUNDEB</i>	848.325.389	11,4%	992.908.737	12,3%	1.080.610.891	11,8%	1.175.447.407	11,8%
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (LRF)</b>	<b>5.520.354.659</b>	<b>74,4</b>	<b>5.915.554.392</b>	<b>73,2</b>	<b>6.702.372.037</b>	<b>73,5</b>	<b>7.275.808.667</b>	<b>73,3</b>
(-) PROADI	135.015.094	1,8%	212.005.902	2,6%	151.904.086	1,7%	230.917.889	2,3%
<b>RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL</b>	<b>5.385.339.565</b>	<b>72,6</b>	<b>5.703.548.490</b>	<b>70,6</b>	<b>6.550.467.951</b>	<b>71,8</b>	<b>7.044.890.778</b>	<b>71,0</b>
(-) PODERES - REPASSES	757.647.781	10,2%	977.992.770	12,1%	1.118.654.903	12,3%	1.211.197.542	12,2%
<i>Ministério Público</i>	130.229.831	1,8%	156.046.278	1,9%	190.198.457	2,1%	219.438.991	2,2%
<i>P. Jud. - Defens. Pública</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>P. Judiciário Trib de Justiça</i>	410.233.337	5,5%	560.681.005	6,9%	638.489.574	7,0%	683.862.157	6,9%
<i>Poder Legislativo</i>	177.565.413	2,4%	216.410.580	2,7%	242.801.262	2,7%	244.430.522	2,5%
<i>Tribunal Contas</i>	39.619.199	0,5%	44.854.908	0,6%	47.165.611	0,5%	63.465.873	0,6%
<b>P. EXECUTIVO - DISPONIB. CORRENTE</b>	<b>4.627.691.784</b>	<b>62,4</b>	<b>4.725.555.721</b>	<b>58,5</b>	<b>5.431.813.048</b>	<b>59,6</b>	<b>5.833.693.236</b>	<b>58,8</b>
(-) Liberações Ordinárias		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%
<b>Gasto com Pessoal (GP) e Encargos</b>	<b>2.759.139.756</b>	<b>37,2</b>	<b>2.996.458.737</b>	<b>37,1</b>	<b>3.454.394.518</b>	<b>37,9</b>	<b>3.698.655.838</b>	<b>37,3</b>
<i>Ativos, inativos, pensão, terceiros.</i>	3.342.644.298	45,0%	3.628.377.517	44,9%	4.150.760.006	45,5%	4.676.348.416	47,1%
<i>Restos a pagar não processados</i>	10.221.322	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	52.742.852	0,5%
<i>Decisão Judicial e exercícios anteriores</i>	32.510.130	0,4%	68.154.025	0,8%	87.453.945	1,0%	71.710.877	0,7%
(-) Inativos e pensionistas com recursos vinculados	626.235.994	8,4%	700.072.805	8,7%	783.819.433	8,6%	1.102.146.307	11,1%
<b>DISPONIB. PARA OUTROS GASTOS</b>	<b>1.868.552.028</b>	<b>25,2</b>	<b>1.729.096.984</b>	<b>21,4</b>	<b>1.977.418.530</b>	<b>21,7</b>	<b>2.135.037.398</b>	<b>21,5</b>
(-) Liberações Ordinárias	1.237.318.679	16,7%	1.353.269.976	16,8%	1.584.323.532	17,4%	1.503.927.636	15,1%
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	75.254.437	1,0%	83.793.336	1,0%	86.547.991	0,9%	76.911.876	0,8%
<i>Outros Gastos Correntes</i>	1.162.064.242	15,7%	1.269.476.640	15,7%	1.497.775.541	16,4%	1.427.015.760	14,4%
<b>DISPONIB. APÓS</b>	<b>631.233.355</b>	<b>8,5</b>	<b>375.827.000</b>	<b>4,7</b>	<b>393.094.999</b>	<b>4,3</b>	<b>631.109.766</b>	<b>6,4</b>

<b>GASTOS CORRENTES (A)</b>	<b>0</b>		<b>7</b>		<b>8</b>		<b>1</b>	
---------------------------------	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--

1. A Receita Corrente Líquida, que por seu turno, é aquela considerada para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Já feita as exclusões das intraorçamentárias; das transferências constitucionais; das contribuições do servidor, e do Fundeb), totalizou R\$ 5,5 bilhões, em 2010, e passou para R\$ 7,2 bilhões, em 2013. No período a elevação nominal foi de 31,8%, e, real, de 10,4%. A Taxa de crescimento anual foi de 9,6%.

2. A Receita Corrente Líquida, em 2010, representava 74,4% da Receita Corrente, e passou para 73,3%, em 2013.

3. Já a Receita Corrente Disponível (resultado da dedução do Proadi<sup>1</sup> da Corrente Líquida), alcança R\$ 5,3 bilhões, em 2010, e passa para R\$ 7 bilhões, ou 71% da Receita Corrente. No período, o crescimento nominal foi 30,8% e real de 9,6%. Sua taxa de crescimento foi de 9,37%, ao ano.

4. Ao deduzir os repasses para os Poderes constituídos (Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Tribunal de Contas), encontra-se a Receita Corrente Disponível do Poder Executivo. Em 2010, esta correspondia a R\$ 4,6 bilhões (62,4%), passando para 5,8 bilhões (58,8%) em 2013. O aumento nominal foi de 26%, o que significou um crescimento de 8,03% ao ano.

5. Descontando o Gasto de Pessoal (do Poder Executivo) da Receita Corrente Disponível, o saldo disponível para outros gastos correntes totalizou R\$ 1,8 bilhão, em 2010 (25,2% da Receita). Em 2011 passa para R\$ 1,7 bilhão. Já em 2012 a disponibilidade alcançou R\$ 1,9 bi, e no ano seguinte (2013) totalizou R\$ 2,1 bilhões (21,5% da receita).

6. Quando deduzimos da Receita Corrente Disponível (Poder Executivo) a conta de Juros e Encargos da Dívida, e ainda, Outros Gastos Correntes (do Poder Executivo), verifica-se, que, em, em 2010, o montante disponível, após todos os gastos correntes, era de R\$ 631 milhões, ou 8,5% da Receita. Em 2011, esse valor sofre uma redução e cai para 4,7% do total. Em 2012 o saldo em disponibilidade alcança R\$ 393 milhões, e, em 2013, apresenta variação nominal de 60,5%, e passa para R\$ 631 milhões, o que correspondeu a 6,4% da Receita Total.

## Receita e Despesa de Capital

<sup>1</sup> Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte da Receita

Código	Discriminação	2010 R\$ Mil	Part (%) Rec. Total	2011 R\$ Mil	Part (%) Rec. Total	2012 R\$ Mil	Part (%) Rec. Total	2013 R\$ Mil	Part (%) Rec. Total
2.0.00.00.0	<b>RECEITAS DE CAPITAL (A)</b>	<b>288.300.177</b>	<b>3,5%</b>	<b>139.474.962</b>	<b>1,6%</b>	<b>89.578.753</b>	<b>0,9%</b>	<b>624.487.393</b>	<b>5,6%</b>
2.1.00.00.0	Operações de Crédito	239.722.921	2,9%	121.129.372	1,4%	43.890.632	0,4%	609.541.037	5,4%
2.2.00.00.0	Alienação de Bens	1.164.438	0,0%	177.500	0,0%	2.330.203	0,0%	289.289	0,0%
2.3.00.00.0	Amortização de Empréstimos	15.313.937	0,2%	2.546.323	0,0%	2.563.383	0,0%	5.373.309	0,0%
2.4.70.00.0	Transf. Convênios	28.417.123	0,3%	12.967.359	0,1%	24.190.645	0,2%	6.479.875	0,1%
xx	Outras Transferencias	3.681.759	0,0%	2.654.408	0,0%	16.603.889	0,2%	2.803.883	0,0%

Código	Discriminação	2010 R\$ Mil	Part (%) Desp Total	2011 R\$ Mil	Part (%) Desp Total	2012 R\$ Mil	Part (%) Desp Total	2013 R\$ Mil	Part (%) Desp Total
4.0.00.00.0	<b>DESPESAS DE CAPITAL (B)</b>	<b>683.224.108</b>	<b>9,1%</b>	<b>480.250.070</b>	<b>5,9%</b>	<b>548.098.862</b>	<b>5,9%</b>	<b>894.128.482</b>	<b>8,8%</b>
4.4.00.00.0	Investimentos	417.427.865	5,6%	166.990.814	2,0%	238.668.124	2,6%	218.194.377	2,1%
4.5.00.00.0	Inversões Financeiras	210.736.673	2,8%	273.269.934	3,3%	219.141.773	2,4%	296.417.762	2,9%
4.6.00.00.0	Amortização da Dívida	190.074.664	2,5%	251.995.224	3,1%	242.193.051	2,6%	610.434.232	6,0%
XXX	(-) PROADI	135.015.094	1,8%	212.005.902	2,6%	151.904.086	1,6%	230.917.889	2,3%
<b>Resultado do Orçamento de Capital (A-B)</b>		<b>-394.923.931</b>		<b>-340.775.108</b>		<b>-458.520.109</b>		<b>-269.641.089</b>	

7. Em 2010, a receita de capital alcança R\$ 288,3 milhões (3,5% da receita total) e deveu-se, basicamente, às operações de crédito que atingiram R\$ 239,7 milhões. Reduz para 1,6% da receita total, em 2011, e alcança R\$ 139,4 milhões. Em 2012, a receita de capital diminui ainda mais e atinge R\$ 89,5 milhões (ou 0,9% do total). No entanto, em 2013, observou-se uma melhora significativa na receita que passou para R\$ 624,4 milhões (5,6% no montante total). Resultante do ingresso da operação de crédito feita junto ao BID para prover investimentos diversos no estado.

8. Já as despesas de capital, em 2010, alcançaram R\$ 683,2 milhões (9,1% da despesa total), reduz para R\$ 480,2 milhões, em 2011 (5,9% do total), apresenta elevação em 2012 e alcança R\$ 548 milhões, mas permanece com a mesma participação do ano anterior (5,9% do montante). Em 2013, a despesa de capital passou a totalizar R\$ 894 milhões, o que significou uma elevação de 8,8% na despesa total.

9. Basicamente duas despesas destacam-se no período: a conta de investimentos (que alcança 5,6% da despesa total), em 2010, e somou R\$ 417,4 milhões; reduziu para R\$ 166,9 milhões, em 2011 (2% do montante) e melhora no ano seguinte, R\$ 238,6 milhões (2,6%). Mas em 2013 diminui para R\$ 218 milhões (2,1% da despesa total). Já a outra conta que se destacou foi a despesa com "Amortização da Dívida" que tinha participação de 2,5% na despesa total e elevou para 6%, em 2013, o que correspondeu a R\$ 610,4 milhões.

10. Como houve pouco ingresso de receita de capital verificou-se no período um déficit no resultado do orçamento de capital. Em 2010, de R\$ 394,9 milhões; em 2011, R\$ 340,7 milhões, em 2012, de R\$ 458,5 milhões, e no último ano (2013), um saldo negativo de R\$ 269,6 milhões.

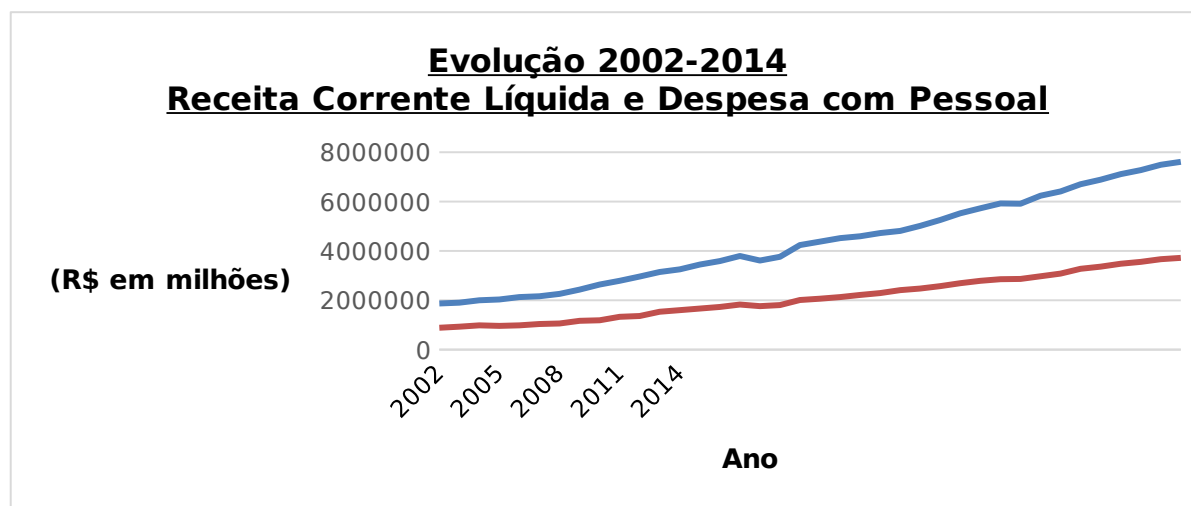
11. Os dados sugerem que o orçamento do tesouro (receita arrecadada) pode está cobrindo o déficit de capital, sobretudo na conta de investimentos, e parte da amortização da dívida.

## Gasto de Pessoal e Receita Corrente Líquida – Lei de Responsabilidade Fiscal – 2002 a 2014

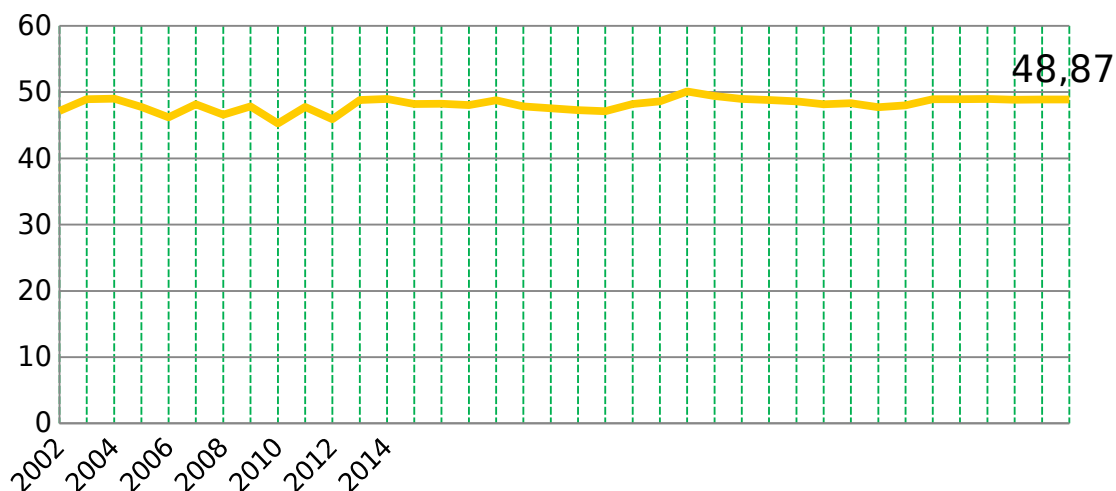
Ano	Quadrimestre	Receita corrente líquida (R\$ em milhões)	Despesa pessoal líquida (R\$ em milhões)	Proporção
2002	1º	1.874.410	883.733	47,15%
	2º	1.906.244	933.142	48,95%
	3º	1.999.524	980.190	49,02%
2003	1º	2.030.392	969.495	47,75%
	2º	2.129.269	983.327	46,18%
	3º	2.166.858	1.043.390	48,15%
2004	1º	2.266.863	1.055.829	46,58%
	2º	2.433.076	1.164.523	47,86%
	3º	2.639.451	1.194.528	45,26%
2005	1º	2.792.139	1.333.711	47,77%
	2º	2.964.205	1.361.413	45,93%
	3º	3.144.161	1.534.639	48,81%
2006	1º	3.261.195	1.597.638	48,99%
	2º	3.453.541	1.664.607	48,20%
	3º	3.588.324	1.730.628	48,23%
2007	1º	3.791.570	1.821.987	48,05%
	2º	3.608.954	1.759.671	48,76%
	3º	3.768.074	1.802.823	47,84%
2008	1º	4.234.526	2.013.743	47,56%
	2º	4.373.776	2.068.150	47,29%
	3º	4.516.136	2.127.191	47,10%
2009	1º	4.591.225	2.213.815	48,22%
	2º	4.725.654	2.297.282	48,61%
	3º	4.813.312	2.410.489	50,08%
2010	1º	5.011.320	2.477.303	49,43%
	2º	5.251.343	2.571.574	48,97%
	3º	5.520.354	2694119	48,80%
2011	1º	5.732.464	2.786.526	48,61%
	2º	5.921.625	2.851.197	48,15%
	3º	5.915.554	2.860.150	48,35%
2012	1º	6.233.416	2.974.221	47,71%
	2º	6.411.111	3.077.947	48,01%
	3º	6.702.372	3.279.486	48,93%
2013	1º	6.880.875	3.367.840	48,94%
	2º	7.112.130	3.482.736	48,97%
	3º	7.275.808	3.555.234	48,86%
2014	1º	7.494.747	3.665.478	48,91%
	2º	7.609.900	3.718.866	48,87%
	3º	Não divulgado	Não divulgado	-

12. Desde o 1º quadrimestre de 2002 até o 2º quadrimestre de 2014, a receita corrente líquida do Estado do Rio Grande do Norte evoluiu de R\$ 1,874 bilhão para R\$ 7,609 bilhões, correspondendo a uma variação nominal de 306,0 %.

13. No mesmo período, a despesa líquida com pessoal, para fins de cálculos limites estabelecidos na LRF, evoluiu de R\$ 883,733 milhões para R\$ 3,718 bilhões, correspondendo a uma variação nominal de 320,7 %.



14. Observa-se, portanto, que ao longo dos 12 anos analisados, em 84,2 % dos relatórios publicados, a despesa líquida com pessoal do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte vem se posicionando dentro do limite prudencial (entre 46,55 % a 49,00 %), com **média** calculada de **48,25 %**.



### Gastos com Pessoal – Estudo Comparativo Janeiro a Agosto: 2013 x 2014

	RESULTADO PODER EXECUTIVO		VARIÇÃO 2014 X 2013	
	2013	2014	NOMINAL	%
<b>PODER EXECUTIVO - DISPONIBILIDADE CORRENTE</b>	3.804.494.476	4.080.252.151	275.757.675	7,2%
			-	
<i>Gasto com Pessoal (GP) e Encargos</i>	2.432.144.221	2.478.075.338	45.931.116	1,9%
<i>Ativos, inativos, pensão, terceiros</i>	3.047.799.776	3.105.357.566	57.557.790	
<i>Decisão Judicial e exercícios anteriores</i>			-	
<i>(-) Inativo e pensionistas com recursos vinculados</i>	615.655.555	627.282.228	11.626.674	
<b>SALDO DISPONÍVEL PARA OUTROS GASTOS</b>	1.372.350.254	1.602.176.813	229.826.559	16,7%

15. Observa-se que a Receita Disponível do Poder Executivo, em 2013 (janeiro a agosto), foi de R\$ 3,8 bilhões e passou para 4 bilhões, em 2014 (janeiro a agosto). O incremento nesses primeiros oito meses do ano corrente foi de R\$ 275,7 milhões, o que corresponder a uma variação de 7,2%.

16. Por outro lado, o Gasto com Pessoal e Encargos nos primeiros oito meses de 2013 passou de R\$ 2,43 bilhões para 2,47 bilhões em igual período de 2014. O incremento foi de 1,9% o que correspondeu, em valores monetários, a R\$ 45,9 milhões.

17. Quando deduzimos o Gasto de Pessoal e Encargos, encontramos o saldo disponível para o acumulado entre janeiro e agosto de 2013, que foi de R\$ 1,3 bilhão. Já em igual período de 2014, a Receita Disponível do Poder Executivo alcançou R\$ 1,6 bilhão. O incremento nominal no período foi de R\$ 229,8 milhões, o que significou uma variação positiva de 16,7%.

### Considerações

18. Como ficou demonstrada por este relatório, a situação econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Norte não é de desequilíbrio fiscal. As receitas cresceram dentro de uma normalidade, bem como as despesas correntes. Basta verificar o Gasto com Pessoal e Encargos em relação a Receita Corrente Líquida que tem permanecido ao longo dos últimos anos, em média de 48,25%.



19. A Receita Disponível do Poder Executivo passou de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, entre 2010 e 2013 (62,4% e 58,8% da receita, respectivamente). Por outro lado o Gasto de Pessoal se mantém num patamar de 8% do PIB ao longo do período estudado.

20. Os dados sugerem que parte do orçamento do tesouro está financiando despesas de capital, como por exemplo, a conta de investimentos.

21. Por fim, ressaltamos que, ao longo do período, as finanças do Estado apresentou disponibilidade financeira entre 2010 e 2013.